



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ - CCIM
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS / SOCIOLOGIA

JOSÉ SILVA SOUSA

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA
DISCIPLINA DE HISTÓRIA

IMPERATRIZ
2023

JOSÉ SILVA SOUSA

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA
DISCIPLINA DE HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Coordenação do Curso Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Campus de Imperatriz, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Agnaldo José da Silva

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SOUSA, JOSÉ SILVA.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA
DISCIPLINA DE HISTÓRIA / JOSÉ SILVA SOUSA. - 2023.

33 p.

Orientador(a): AGNALDO JOSÉ DA SILVA.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade
Federal do Maranhão, UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO -
IMPERATRIZ, 2023.

1. Estágio Supervisionado Observação. 2. História. 3.
Regência. I. DA SILVA, AGNALDO JOSÉ. II. Título.

JOSÉ SILVA SOUSA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas / Sociologia do Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para obtenção de título de licenciado em Ciências Humanas / Sociologia.

Aprovado em: _____/_____/_____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Agnaldo Silva - UFMA
(Orientador)

Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa - UFMA
(Examinador)

Prof.^a Me. Claudia Silva Lima - UFMA
(Examinadora)

Dedico aos colegas de turma do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

“A voz de Deus nos diz constantemente: uma falsa ciência faz um homem ateu, mas uma verdadeira ciência leva o homem a Deus”

VOLTAIRE

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, por me manter com fé, força e perseverança para chegar até aqui.

A minha família. A minha esposa, Vera Lúcia, aos filhos Joás, Jônatas, e as filhas Joannye Joymilla, que me apoiaram e nos momentos difíceis me deram forças e vibraram nos momentos de alegria.

A meu pai e minha mãe que se “foram”, mas deixaram valores, que jamais serão apagados.

Meus agradecimentos ao corpo aos docentes: Prof. Dr. Agnaldo José da Silva, Profa. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja, Dra. Betânia Oliveira Barroso, Prof. Me. Salvador Tavares deMoura, Prof. Dr. Alexandre Peixoto, Prof. Me. Manoel Pinto Santos, Prof. Dr. Jesus Marmanillo, Prof. Dr. Rogério de Carvalho Veras, Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa, Prof. Dr. José Henrique de Sousa Assai que nos acompanharam ao longo do processo de formação.

Agradeço igualmente a Alda Rego, servidora da coordenação de LCH, por toda a paciência e atendimento aos nossos pedidos.

Gostaria de agradecer novamente as valiosas contribuições da Profa. Vanda que nos acompanhou com as orientações da disciplina de TCC II, do Prof. Agnaldo que nos acompanhou como orientador e ainda dos professores Prof. Salvador e Prof. Edson pelas orientações de cunho científico e metodológico na disciplina de metodologia.

RESUMO

O presente relato de experiência tem como principal objetivo compreender a importância do Estágio Supervisionado de História na formação de professores no curso de Licenciatura em Ciências Humanas / Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O estágio, objeto desta reflexão, foi realizado no ano de 2022 na Escola Municipal Machado de Assis, localizada no Bairro Vila Nova, em Imperatriz-MA. Este trabalho fundamenta-se a partir de uma abordagem qualitativa, como instrumento de coleta de dados utilizamos a observação e o caderno para anotações de campo e caracterizou-se inicialmente com uma pesquisa bibliográfica, baseando-se em estudiosas como Pimenta (1995, 1998 e 2002) e Pimenta e Lima (2006 e 2012), entre outros autores. Além das observações da realidade escolar e da prática docente foi realizada uma reflexão sobre a regência, tanto a da supervisora técnica quanto a minha experiência. Apesar das dificuldades encontradas, o estágio significou uma experiência de aprendizado e consolidação da minha formação enquanto futuro professor, possibilitando articular teoria e prática.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado. História. Observação. Regência.

ABSTRACT

This experience report has as main objective to understand the importance of the Supervised Internship of History in the training of teachers in the Degree in Human Sciences / Sociology at the Federal University of Maranhão (UFMA). The internship, object of this reflection, was carried out in the year 2022 at the Municipal School Machado de Assis, located in Bairro Vila Nova, in Imperatriz-MA. This work is based on a qualitative approach, as a data collection instrument we use observation and the notebook for field notes and was initially characterized by a bibliographical research, based on scholars such as Pimenta (1995, 1998 and 2002) and Pimenta and Lima (2006 and 2012), among other authors. In addition to observations of the school reality and teaching practice, a reflection was made on conducting, both that of the technical supervisor and my experience. Despite the difficulties encountered, the internship meant a learning experience and consolidation of my training as a future teacher, making it possible to articulate theory and practice.

Keywords: Supervised Internship. History. Observation. Regency.

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo do estudante e que integra o itinerário formativo do educando, como parte do projeto pedagógico do curso. Também é definido como pré-requisito para aprovação e obtenção do diploma (§ 1º do art. 2)

O Estágio Escolar é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Regulamentando essa atividade como sendo de cumprimento obrigatório, oportunizando ao profissional em formação associar teoria e prática.

O estágio supervisionado, objeto que tem servido de eixo de muitas pesquisas com relevantes contribuições acadêmicas e sociais pois indicam que para formar profissionais competentes, gerar e desenvolver saberes curriculares e mudar a prática/competência escolar, é necessário que os professores apresentem uma estruturação inicial que lhes propicie um sólido alicerce teórico-científico compatível à sua área de estudo, que deve ser aprimorada na análise e na observação sobre a prática.

Durante o Estágio Supervisionado foram vivenciadas diversas situações que dificultaram o cumprimento dessa atividade, como a falta de planejamento administrativo, pedagógico, na e para a comunidade escolar, de ensino como elemento integrador entre a escola e o ambiente social em que a escola e os alunos estavam inseridos; além da insegurança sanitária gerada pela pandemia, que denotou a falta de condições que assegurasse a retomada das atividades letivas com segurança.

Esses desafios e possibilidades vivenciados no estágio Supervisionado trouxeram inquietação e indagação sobre a seguinte problemática: Qual a importância do estágio supervisionado na formação de professores da educação básica? Dando enfoque especial, na atividade curricular na disciplina de História.

Esse trabalho intitulado Relato de Experiência: Estágio Supervisionado na disciplina de História tem como principal objetivo compreender a importância do estágio supervisionado na formação de professores do curso de Licenciatura em Ciências Humanas / Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Analisar e refletir sobre a prática docente durante o estágio supervisionado e relatar as experiências vivenciadas durante essa atividade curricular.

O relato de experiência resultou do estágio realizado na disciplina de História, complementado por uma pesquisa bibliográfica, tendo como principais autoras que fundamentaram o estudo Pimenta (1995,2002) e Pimenta e Lima (2006, 2012). O trabalho fundamenta-se a partir de uma abordagem qualitativa. Como instrumento de coleta de dados utilizamos a observação e o caderno para anotações de campo. Além das observações da realidade escolar e da prática docente foi realizada uma reflexão sobre a regência, tanto a da supervisora técnica quanto a minha experiência.

Foi realizado no ano de 2022 a observação da escola campo na Escola Municipal Machado de Assis, o que propiciou a aproximação com sua realidade, com a vivência do seu cotidiano e da observação da relação entre docente e discentes.

Para elaboração deste trabalho também utilizamos os dados retirados do caderno de anotações das observações e vivências obtidas durante o estágio supervisionado, bem como do relatório produzido, no qual foram registados os achados e resultados alcançados na realização do mesmo.

Esse trabalho está organizado em seções, para melhor compreensão e organização estrutural. Primeiro, sua contextualização por meio desta introdução. Em seguida, o marco teórico, procedimentos metodológicos, resultados e discussão e, por fim, as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos cursos de licenciatura o estágio supervisionado é imprescindível pois é nessa atividade que o acadêmico começa a conhecer o ambiente de trabalho que irá atuar no futuro e se familiarizar com os desafios que encontrará no decorrer de sua profissão. Afinal, o estágio se produz a partir da interação entre os cursos de formação que tem relação com o campo social em que são desenvolvidas as práticas educativas (Pimenta e Lima, 2006).

O acadêmico quando chega à escola para a realização do estágio se depara com um ambiente desafiador onde se dá conta da complexa e dinâmica realidade escolar. Nesse momento vislumbra o tamanho do desafio que o profissional de educação tem a enfrentar quando for atuar, pois, enquanto acadêmico, se ouve falar de como é a realidade escolar, seus problemas e desafios, mas é só fazendo o estágio que se vivencia isso na prática.

Conforme Pimenta e Lima (2006) o estágio supervisionado é uma síntese de tudo que se aprendeu nas disciplinas, nas teorias de aprendizagem, como também nas experiências de vida, portanto, essas autoras compreendem teoria e prática como unidade indissociável, inclusive as nossas experiências pessoais enquanto sujeitos que participam coletivamente de uma sociedade.

Por isso, é essencial para o desenvolvimento dos alunos de graduação, sendo também um lugar de aproximação, além ter a possibilidade de aplicar a base teórica trabalhada nos componentes curriculares. Nesse sentido, o estágio pode ser descrito como uma “[...] atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta sim, objeto

da práxis. Pois é no contexto da sala de aula, da escola, do sistema de ensino e da sociedade que a práxis se dá” (Pimenta e Lima, 2012, p.45).

Todavia, isso não acontece rapidamente, demanda um tempo de estudo e o aperfeiçoamento de uma prática de socialização técnica e iniciação ao ensino, acompanhada de muita observação e reflexão, tendo a orientação ou supervisão de formadores-pesquisadores qualificados. Nesse período é o momento em que o futuro professor terá os primeiros momentos de convivência com a vida difícil do ensino público, nesse caso, na esfera municipal.

O estágio supervisionado proporciona a oportunidade ao acadêmico de trazer um olhar investigativo e uma reflexão em relação às suas vivências no decorrer desse período. Para Pimenta e Lima (2012), a pesquisa no estágio é uma estratégia, um método, uma possibilidade de formação do estagiário como futuro professor. O estágio, nessa concepção, é um campo epistemológico produtor de conhecimento e não somente momento de reproduzir técnicas e modelos de ensino.

Nesta perspectiva, pode ser entendido como um caminho de reflexão e de percepção enquanto docente e, por essa ocasião, se deve rever as práticas, de forma que se melhore continuamente sua prática profissional. Esse processo de experiência possibilita a aproximação do acadêmico com a realidade de sua área de formação e o ajuda a compreender diversas teorias que conduzem ao exercício da sua atividade docente.

Além disso, possibilita ao futuro profissional a relação de aproximação com a atividade docente, vivenciando os desafios dentro do contexto escolar. Sendo assim, é necessário que o mesmo seja planejado, executado, acompanhado e avaliado segundo os critérios estabelecidos no currículo, para que ocorra um bom desenvolvimento da prática educativa.

Para Scalabrin e Molinari:

O Estágio em sua acepção mais ampla sugere dar condições ao estagiário para a reflexão relativa ao seu fazer pedagógico mais abrangente e assim construir a sua identidade profissional. Deste modo, o estágio é um campo de conhecimento, é uma aproximação do estagiário com a profissão que irá exercer e com as pessoas que irá trabalhar suas práticas a cada dia para que enfrente menos dificuldades futuramente (Scalabrin e Molinari, 2013, p.09).

O estágio é uma reflexão do fazer pedagógico para a construção de uma identidade profissional, também sendo um campo de conhecimento pelo qual aproxima o estagiário da profissão que irá exercer, com as pessoas e com as práticas que irá trabalhar para que assim sejam menores as dificuldades a serem enfrentadas.

De acordo com a Lei nº 9.394/96, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional –

LDB, a formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outra atividade. No art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de, no mínimo, trezentas horas (BRASIL, 1996).

A Lei nº 10.639/2003, acrescentou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dois artigos: 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional (BRASIL, 2003).

Apesar disso, a maioria dos alunos ainda não conhece a contribuição histórico-social dos descendentes de africanos ao país. A lei não foi implementada de maneira a abarcar todos os alunos e professores. O que há são ações pontuais de iniciativa de movimentos negros, do MEC ou de universidades federais. Para mapear e ampliar as iniciativas de implementação da lei, é necessário traçar estratégias para criar políticas comuns a fim de que a lei alcance a todos.

O mesmo artigo da referida lei ainda determina que tais conteúdos devem ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. No entanto, a implementação da lei em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio só será possível a partir da formação de professores e da oferta de material didático específico (BRASIL, 2003).

A Resolução Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno 2, de 20 de Dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Art. 15. A carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com prática previstos nos componentes curriculares, e devem ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso.

§ 2º A prática pedagógica deve, obrigatoriamente, ser acompanhada por docente da instituição formadora e por 1 (um) professor experiente da escola onde o estudante a realiza,

com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação.

§ 3º A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa (BRASIL, 2019).

A BNCC – Base Nacional Comum Curricular, define o processo de ensino e aprendizagem da História no Ensino Fundamental e está pautado por três procedimentos básicos:

O primeiro é pela identificação dos eventos considerados importantes na história do Ocidente (África, Europa e América, especialmente o Brasil), ordenando-os de forma cronológica e localizando-os no espaço geográfico. Que implica o uso de uma forma de registro de memória, a cronológica, constituída por meio de uma seleção de eventos históricos consolidados na cultura historiográfica contemporânea.

O segundo pelo desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens. Esse procedimento diz respeito à escolha de fontes e documentos.

O terceiro procedimento é pautado pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo as hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias. Envolve a escolha de duas ou mais proposições que analisam um mesmo tema ou problema por ângulos diferentes (BRASIL, 2018).

Essas políticas curriculares têm apresentado narrativas que projetam um perfil profissional voltado ao “novo” modelo de professor. Nesse processo, sentidos de docência têm sido fixados através da centralidade que alguns significantes vêm assumindo na estruturação dos currículos voltados à Educação Básica e à formação de professores.

Neste sentido, o tecnicismo tem marcado as políticas curriculares desde a segunda

metade do século passado e, pautando-se pelo pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. Assim, “na pedagogia tecnicista é o processo que define o que o professor e alunos devem fazer, e assim também quando e como o farão” (Saviane, 1986, p.16 apud FREITAS, 2018, p.2).

Conforme Saviane:

Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório; se na pedagogia nova a iniciativa desloca-se para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva – na pedagogia tecnicista, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando professor e aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção. (Saviane, 1986, pp. 16/17).

Nessa perspectiva, a educação estará contribuindo para superar o problema da marginalidade na medida em que formar indivíduos eficientes, portanto, capazes de darem sua parcela de contribuição para o aumento da produtividade da sociedade. Assim estará ela cumprindo sua função de equalização social. A essa definição somam-se elementos do contexto mais recente que configura o chamado neotecnicismo.

Nessa abordagem, observamos como a importante atitude historiadora, elemento central no discurso voltado ao componente de História presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao ser aproximado do significado expressivo, competência, presente na Base Nacional Comum de Formação de Professores (BNC-FP), incorpora, em processos de tradução e recontextualização de caráter híbrido, esvaziando as dimensões de que dizem respeito ao conhecimento científico com sentidos calcados na pedagogia neotecnicista.

Com base nesses pressupostos, considera-se que os discursos e textos que vêm circulando nas últimas décadas enfatizando a profissionalização docente “trazem a ideia de um perfil profissional em defesa de uma qualidade do ensino, via regulação do trabalho docente” (DIAS, 2014, p. 9), função que tem se concretizado em torno da afirmação da noção de *competências* no interior das propostas curriculares e, associada a ela, aquela de habilidades.

Dentro da narrativa da inovação e do empreendedorismo, que concorre para nortear discursos de desvalorização do trabalho docente. Esses termos têm sido afirmados como mais significativos devido a seu “caráter fluído e polissêmico, em oposição àqueles de saberes ou qualificação” (PIMENTA, 2002).

Apesar da pluralidade de concepções que flutua no interior desses significantes, acreditamos que, nas políticas mais recentes, um certo sentido tem sido priorizado como estratégia de hegemonização, posicionado como elemento em torno do qual as políticas curriculares preconizadas pela BNCC e pela BNC-FP vêm se entrelaçando. É o que observamos no que se estabelece como fundamentos da formação docente da BNC-FP, que, em seu artigo 2º, afirma que “a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes [...]” (BRASIL 2018).

Observamos que, estando o ensino de História destituído de sua relação constitutiva com o conhecimento histórico pela sua transformação em técnica dada à primazia do como fazer na estruturação do currículo, incorre-se na constituição de cursos de licenciatura limitados ao treinamento de professores para ensinar História, o que destitui o ensino de sua dimensão formativa e política, e a formação inicial do domínio dos fundamentos da Ciência História e de seus modos de produzir conhecimento.

Nessa análise, é importante entender que a história se faz com perguntas. Portanto, para aprender história, é preciso saber produzi-las. Nessa premissa, o ensino de História se justifica na relação do presente com o passado, valorizando o tempo vivido pelo estudante e seu protagonismo, para que ele possa participar ativamente da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Na busca da consolidação da dimensão social da educação e do desenvolvimento do educando, para assegurar-lhe a formação comum imprescindível para o exercício da cidadania ao longo da vida. Para isso, é preciso abrigar o desenvolvimento do educador a partir de uma adequada formação humana, científica e cultural e a efetivação de condições dignas de trabalho.

E, para trabalhar numa perspectiva de direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento, enseja o debate em que a presença de diferentes sujeitos ganha maior amplitude ao se analisar processos históricos complexos ocorridos em espaços, tempos e culturas variadas. As mesclas entre as histórias da América, da África, da Europa e de outros continentes apresentam diferentes níveis de elaboração ao serem trazidos à tona rupturas, permanências e movimentos de população e mercadorias, mediados por distintas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais (BRASIL, 2018).

Para não perder de vista os aspectos epistemológicos, fechar caminhos para inversões e confusões que podem descaracterizar o trabalho escolar que coloca o ensino de História a

serviço de processos de hegemonização. Portanto, é necessário entender a definição do que é curricular e o que é extracurricular para o que é secundário não tome o lugar daquilo que é principal, para não deslocar de sua importância as atividades que constituem a razão de ser da escola.

Como adverte Saviane:

[...] tendo por base o calendário das escolas brasileiras: o ano letivo começa em fevereiro e logo temos a semana do índio, a semana santa, o dia do trabalho, a semana das mães, dia internacional das famílias, dia mundial do meio ambiente, as festas juninas; em agosto começa o segundo período letivo e logo chega o dia dos pais, a semana do soldado, semana do folclore, depois a semana da pátria, a semana da árvore, os jogos da primavera, semana da criança, festa do professor, do funcionário público, semana da asa, semana da República, festa da bandeira... e nesse momento já chegamos ao final de novembro. O ano letivo se encerra e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. (Saviane, 2016, p. 56).

Neste sentido, o que se vislumbra é que, de semana em semana, de comemoração em comemoração, a verdade é que a escola perde de vista a sua atividade nuclear que é a de propiciar aos alunos o ingresso na cultura letrada assegurando-lhes a aquisição dos instrumentos de acesso ao saber elaborado.

Dessa forma, o currículo incorpora as mais diversas atividades, mas dedica pouco tempo para o estudo da língua vernácula, matemática, ciências da natureza, ciências da sociedade, filosofia e artes. Isso explicita que as atividades referentes às comemorações mencionadas são secundárias e não essenciais à escola. Enquanto tais, são extracurriculares e só têm sentido na medida em que possam enriquecer as atividades curriculares, ou seja, aquelas próprias da escola, não devendo, em hipótese alguma, prejudicá-las ou substituí-las.

2.1. Procedimentos Metodológicos

Foram realizadas atividades de observação das aulas da disciplina de História nas turmas 6º ano A, 7º anos A e B, e, do cotidiano escolar de discentes e funcionários que foi baseado no projeto Político Pedagógico da escola, o qual tem como objetivo proporcionar um ensino de qualidade preparando o alunado para os ciclos posteriores, além dos princípios éticos, políticos e estéticos conforme a LDB 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

Nesse período busquei observar a prática pedagógica, o cotidiano da sala de aula, atentando para várias questões como: identificar as estratégias de ensino utilizadas, os recursos utilizados, a forma de utilização do livro de didático, a maneira de aplicação de avaliação, a disciplina em sala de aula, a participação na aula e a relação entre professora e alunos.

Essas práticas educativas, para além disso, consistiram em analisar as turmas, auxiliar a professora (acompanhar os discentes em algumas atividades, esclarecimentos de algumas dúvidas e etc.), planejar as semanas seguintes no que diz respeito a fase de regência, no que seria trabalhado nas turmas, conteúdos, formas de avaliação, os planos de aula, o planejamento da aplicação desses conteúdos, quais as melhores formas de estreitamento entre a realidade dos alunos e os conteúdos a serem trabalhados.

Para isso, foi elaborado um cronograma de planejamento e visita ao campo do estágio, para firmar termo de compromisso e observar a escola campo, com intuito de coletar informações para elaborar a caracterização da estrutura física/material da escola. Posteriormente, elaboração de plano de aula, de projeto de intervenção; atividades; avaliações e participações em eventos da escola.

Os conteúdos desenvolvidos no Estágio Supervisionado na disciplina História partiram do livro didático utilizado pela escola: a coleção Historiar, da editora Saraiva, 3ª edição. Cada unidade da coletânea se organiza em capítulos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Local do Estágio

A escola campo foi a Escola Municipal Machado de Assis, escola da rede pública de educação, CNPJ: 052.374./0001-86. localizada na rua Epitácio Pessoa, 20A, Vila Nova, na cidade de Imperatriz MA. O atual espaço, dispõe de uma boa estrutura para atender suas demandas. Atende estudantes que residem no bairro Vila Nova, Parque Santa Lúcia e adjacências. Anteriormente funcionava em prédio alugado com sua estrutura em condições precárias, atualmente funciona em prédio próprio recém-construído com uma boa estrutura escolar.

A instituição possui um regimento interno e um PPP – projeto político Pedagógico e PDE – plano de desenvolvimento da escola sob a avaliação do MEC, para que os professores utilizem como referência para seus planejamentos de forma que contemple as necessidades do alunado bem como da comunidade, trabalhando de forma interdisciplinar voltado para assuntos atuais que venha a despertar o interesse dos discentes.

Oferece o nível de Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, dispõe de 15 salas de aula utilizadas em sua totalidade, nos turnos matutino e vespertino. Dispõe também de uma sala da diretoria, uma sala de secretaria, com cadeiras, mesas e armários, uma biblioteca ampla e

multifuncional, onde funciona a sala dos professores e o laboratório de robótica e uma sala de fotocópia. Não tem uma sala específica para os professores.

Além disso, possui despensa, depósito para materiais de limpeza, cozinha onde é preparada a merenda escolar, refeitório, onde as merendeiras servem a merenda aos discentes. Também possui banheiros disponíveis para o público escolar, de modo em geral, com adaptação para pessoas com outras necessidades, possui banheiros para funcionários e banheiros para uso exclusivo do quadro docente, um auditório para realização de eventos e atividades extra-aula.

O ambiente escolar é cuidadosamente zelado pela equipe de serviços gerais e conservado limpo, sob a coordenação dos docentes, que sempre chamavam a atenção dos estudantes quando era descartado algum material fora da lixeira. As salas de aulas, por serem climatizadas, favorece o trabalho dos (as) professores (as) e contribui para um melhor aproveitamento no rendimento escolar.

A escola possui 01 gestora geral, 01 vice-gestora, uma gestora pedagógica, 03 coordenadoras pedagógicas. Em seus registros a escola tem 825 alunos matriculados, seu quadro docente é formado por 41 profissionais com grande maioria concursados e a carga horária média é de 13 horas em sala de aula. Dentro desse quadro de organização da escola possui outros funcionários os quais são distribuídos de acordo com a função de cada um: 04 merendeiras, 06 auxiliares de serviços gerais, 03 vigias.

Segundo a coordenadora a escola tem um conselho de classe, que se reúne periodicamente para analisar e deliberar sobre questões referentes a escola e dos alunos. Há casos de professores que são formados em uma área de conhecimento e atua em outra, para completar a carga horária, situação que compromete a aprendizagem, pois o docente que não tem formação na área em que atua tende a depender demais do livro didático, correndo o risco de não sair do ensino tradicional.

Nas paredes ficam expostos alguns trabalhos feitos pelos estudantes, cartazes educativos e informativos. Apesar dos muitos pontos positivos, há muitos outros que precisam melhorar, seguindo o histórico da grande maioria das escolas da rede pública de ensino em todas as regiões do Brasil, que sofrem com a falta de manutenção daquilo que está disponível e funcionando (CARA, 2021).

Essa situação explicita a diferença entre espaços físicos de escolas privadas e de escolas públicas que mostra a realidade em que os estagiários se deparam ao participar do dia a dia da

vida escolar.

Conforme relata Scalabrin e Molinari:

No que se refere aos espaços físicos, as escolas privadas têm na sua maioria, um espaço físico privilegiado, bom pátio externo, pracinha com banco, salas de aula amplas e ventiladas, brinquedos de pátio, como o parquinho em excelente estado, assim como brinquedos de sala de aula. Por outro lado, nas escolas públicas, o espaço físico das salas é, na maioria das vezes precário, necessitando ser melhorado muitas vezes com salas de aula improvisadas, que atrapalham a realização de determinadas atividades que são planejadas por estagiários. Parquinhos, ou brinquedo externo se existem, há a falta de manutenção e não apropriados para uso, não dá segurança ao professor de levar as crianças para uma atividade. No pátio externo nem sempre há bancos e, quando existem não são suficientes para acomodar todos os alunos durante o intervalo, ou suficientes para acomodar todos os alunos durante o intervalo, ou seja, na hora do lanche. Por isso o lanche é feito muitas vezes em sala de aula e quando saem é apenas para o banheiro, para beber água e uma circulação de alguns 15 minutos no máximo. Há escolas modelos, mas são pouquíssimas (Scalabrin e Molinari, 2013, p.09).

As autoras fazem a distinção entre espaços físicos de escolas privadas e de escolas públicas, mostrando a realidade que os estagiários vão deparar ao participar do dia a dia da vida escolar. Haja vista que dificilmente os estagiários vão se deparar com escolas iguais à da rede particular e, de igual modo, com as das escolas públicas modelos, como ressaltado pelos autores, o estágio torna-se um momento significativo de iniciação à profissão docente.

A escola campo é adepta do programa “Dia de busca de alunos”, que acontece no mês de março, com a participação da gestora e coordenadora da escola, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Tutelar e Ministério Público. Essa iniciativa visa trazer novamente à escola estudantes que por algum motivo tiveram dificuldades de permanecer em sala de aula. Essa ação tem contribuído para a redução da evasão escolar.

3.2. Da observação

O Estágio supervisionado na disciplina de História iniciou-se no dia 17 de maio e terminou no dia 16 de setembro de 2022, com carga horária de 90 horas. Sob a supervisão da professora Ana Kátia Carvalho Lima, graduada em História pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), que em seu primeiro dia me acolheu de forma bem receptiva e calorosa e, por conseguinte, me apresentou aos discentes.

Objetivando conhecer os procedimentos realizados pela docente na aula, que já no primeiro dia de observação pude perceber e refletir sobre a importância do exercício da docência para a educação nos dias atuais. Mediante a aproximação com a realidade e a postura da docente e o comportamento dos alunos, isso me fez refletir que é preciso ter compromisso e dedicação para desenvolver uma metodologia de ensino que envolva o aluno no processo

ensino-aprendizagem que tenha significado para sua vida.

Os temas trabalhados em sala de aula foram: As reformas religiosas: da Crítica à ruptura cristã; as causas da reforma protestante, a reforma Luterana, a reforma Calvinista, a reforma anglicana, as consequências da reforma protestante. História: tempo, espaço e formas de registros; História - uma produção de poder, para que serve estudar História, trabalho do historiador. Origens da humanidade: tempos e formas de registro.

Nesse período foi desenvolvido um projeto de intervenção ambiental intitulado “Meu Ambiente” executado na área externa da escola que visou desenvolver habilidades e conhecimentos em plantar e cuidar de plantas e árvores. A partir disso, foi desenvolvido o projeto sob orientação da supervisora técnica, que apesar de ser professora de História, foi escolhida pela coordenação da escola para coordenar essa ação, buscando fazer com que os discentes pudessem entender mais sobre essa temática.

Nessa atividade os discentes uma vez por semana eram conduzidos para a área externa da escola para cuidar, plantar, regar e podar plantas que os mesmos tinham levados para a escola. Essa dinâmica foi importante pois rompeu com o modelo de aula ministrada restrita ao ambiente da sala de aula e com a metodologia centrada no livro didático como principal instrumento metodológico. Essa atividade foi aplicada para as turmas observadas no estágio, inclusive para as demais turmas onde a professora supervisora técnica atuava como docente.

O livro didático é a principal ferramenta que orienta a maioria dos professores e estudantes nesse nível de ensino, podendo interferir no aprendizado e inibir a participação do aluno em sala de aula. Além disso, reduzir a sua capacidade de interpretação, caso o docente não consiga articular o conteúdo do livro didático com outras fontes de pesquisa afins.

Com efeito, ainda que o livro didático apresente uma qualidade aceitável, uma abordagem objetiva e de fácil leitura, com atividades de leituras que visem uma forma mais consciente, que através da valorização e o uso de estratégias e aspectos e de imagens que auxiliam na construção e sentido dos textos, o que favorece uma melhor compreensão do conteúdo, essa prática pode levar os estudantes a se acostumarem a receberem conteúdos prontos, ou seja, ler, copiar e depois responder os exercícios propostos no material didático.

A importância de cumprir esses critérios está no entendimento que isso estimula a autonomia e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. Além disso,

“o exercício da interpretação também permite compreender o significado histórico, uma cronologia e realizar o exercício da composição de outras ordens cronológicas” (BNCC, 2018).

Dessa maneira, é imprescindível que se busque outros recursos e de forma complementar se recorra a outras fontes de pesquisa para guiar o processo de aprendizagem, para que o docente tenha clareza dos materiais trabalhados em sala de aula e elabore objetivos, tendo uma administração dos conteúdos em torno do livro didático, para que desta forma saiba criar atividades de ensino e aprendizagem.

Em análise, se vê que o material didático desenvolvido por profissionais da educação, possibilita uma compreensão mais condizente com a realidade. Entretanto, escritores de grandes e conhecidas editoras, apresentam uma abordagem de acordo com suas visões políticas e suas ligações profissionais, prática que contraria os critérios de escolha, desenvolvimento e produção do livro didático, pois nesse modelo de produção editorial, não representa a democratização do saber, mas apenas uma mercadoria para o mercado de consumo.

Partindo desse pressuposto, é necessário ao professor para exercer sua importante função de mediador entre educando e o saber, ser portador de uma boa base teórica para fazer intervenções que atendam as difíceis capacidades de aprendizagem do aluno e, se possa alcançar um ensino de qualidade.

A observação propriamente dita, iniciou no dia 17/05/2022 e encerrou-se 16/09/2022. A primeira aula deu-se início com a chamada. Em seguida, a professora passou alguns minutos da aula para que a turma terminasse uma atividade de outra disciplina e para a organização da sala, isto é, para arrumação das cadeiras e disposição dos alunos em seus lugares.

Somente na segunda aula foi possível a professora explanar o conteúdo da aula de forma mais ampla, favorecido pelo silêncio, atenção e participação dos educandos. Nesse momento advertiu os discentes que procurassem colegas para se inteirarem dos assuntos das aulas do dia que não vieram à escola, porque segundo ela as questões da prova seriam elaboradas das atividades trabalhadas em sala.

Nesse aspecto, notei que o fato da docente ter um bom relacionamento com os discentes, isso influenciava no bom domínio da classe, impondo “ordem” na sala. Durante a chamada viu-se que parte dos educandos (as) tiravam fotos na sala e usavam fone de ouvidos conectados no celular, os quais foram advertidos pela docente. Essa aproximação com a realidade escolar também mostrou que quando o aluno de graduação assume essa responsabilidade há uma

diferença sobre esse “comando”.

Esse ambiente favorável se atribui à experiência da docente que resultava em bom domínio da sala. Por isso, a maioria dos discentes atendiam a orientação de fazer a atividade proposta com exceção de três educandos, situação que a fez levar seus nomes para a secretaria, pois além de não fazerem a atividade mantinham conversas paralelas durante a aula. Aos demais, a docente os acompanhava de perto, indo em suas mesas para orientar, tirando dúvidas relativas a atividade.

Considerando que a docente tem uma vivência dentro do bairro onde está a escola, com isso uma trafegabilidade dentro da comunidade, conhece boa parte dos pais desses educandos, o que parece resultante para criar essa autoridade. Desse modo, é perceptível que a professora por conhecer a comunidade onde os seus alunos estão inseridos, conhece o capital cultural desses discentes.

De acordo com (Bourdieu, 1998 p. 28):

[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjuntos de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou pelos mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

Essa aproximação da docente com a comunidade possibilita a interação e o diálogo aluno-professor por conhecer de certa forma o potencial que os estudantes possuem e que podem ser trabalhados no ambiente escolar para ressignificar a competência cultural e o *status* social dos mesmos.

Neste sentido, ao observar a rotina da escola e dos educandos viu-se que há um esforço grande do corpo docente e demais funcionários para que a escola seja sempre um referencial de ensino. Apesar dos problemas diversos existentes no ambiente escolar, são frequentes os elogios feitos pela comunidade à escola, por seus serviços educacionais prestados.

Neste contexto, percebeu-se que as aulas de História eram vistas pelos discentes como desinteressantes, pois ao observar a metodologia utilizada pela supervisora técnica no desenvolver das mesmas a qual consistia da maneira ou modo tradicional da atuação docente e cabia aos discentes ler o texto no livro didático, copiar no caderno as atividades, memorizar os conteúdos, uma vez que a avaliação se dava através do estudo dos exercícios propostos no livro didático, em que o trabalho do aluno era basicamente decorar os conteúdos.

Essas atividades eram transcritas no caderno, respondidas e posteriormente corrigidas pela professora, que registrava anotando os nomes dos (as) que haviam feito essas tarefas, as quais seriam também utilizadas como método de avaliação. Além disso, a docente utilizava o quadro para dar instruções sobre o que estava sendo ensinado no livro didático e passava exercícios complementares em forma de testes avaliativos seguidos da correção dos cadernos no final de cada aula.

Na aula seguinte, a docente iniciou escrevendo no quadro o conteúdo que foi a música “Imperador Tocantins” de Carlos Veloz. Observou que na próxima aula traria uma caixa de som para cantar a música juntamente com a turma. Em seguida, passou atividade escrita no quadro sobre a música para responderem em seus cadernos. A docente lembrou aos educandos que nas aulas seguintes os mesmos deveriam trazer o livro “Imperatriz cidade da gente” pois esse manual deveria ser utilizado como material complementar na disciplina de História.

Neste sentido, essas fontes complementares auxiliam nas leituras, na interpretação dos textos contribuindo de maneira significativa no aprendizado dos alunos. Essa busca é importante pois além de contribuir para melhorar o plano de ação do profissional em sala de aula, auxilia também no seu trabalho e no processo de ensino e aprendizagem.

Na aula seguinte, a professora trabalhou com todas as turmas da disciplina de forma alternada a atividade do projeto “meu ambiente”, executada extra-sala. Os educandos foram conduzidos à área externa da escola para verificarem as plantas que trouxeram para a escola. Sob sua orientação, cuidaram das plantas, tirando as folhas secas e as regaram. O tempo reservado para essa atividade foi de 20 minutos para cada turma.

A posteriori, solicitou que na próxima aula trouxessem um vaso, observando que pode ser de garrafa plástica, para plantar no jardim da escola a planta que trouxeram. Ao retornar à sala de aula de aula, a professora continuou o assunto escrevendo no quadro as orientações: Como cuidar de sua planta? Pediu também que escrevessem em seus cadernos.

Em seguida, anotou o nome de quem iria desfilar no 7 de setembro. Na sequência, fez questionário escrito no quadro para que fizessem em seus cadernos para estudarem para a prova. Orientou que estudassem em dupla, interrogando e fazendo perguntas entre si.

Nesse período, foi especialmente importante acompanhar a atuação da supervisora técnica em sua atividade em sala de aula, pois nesse modo de aprender a profissão é possível a partir de uma análise crítica, reelaborar modelos existentes na prática consagrados como bons

e ao mesmo tempo problematizar as situações observadas. Essa reflexão possibilita escolher e separar aquilo que é considerado adequado, acrescentando novos modos, adaptando aos contextos nos quais se encontram. Para isso, lançando mão das experiências e dos saberes adquiridos.

3.3. Da Regência

As aulas de regência foram ministradas nos meses maio e junho de 2022, tendo uma carga horária de 20 horas e foram realizadas conforme o horário escolar.

No período da regência a metodologia aplicada nas aulas foram: Aula expositiva dialogada, incentivando a participação dos educandos, respeitando a leitura de textos, exposição de cartazes, exibição de vídeos, *slides* e similares. A avaliação foi contínua no decorrer do bimestre, levando em consideração a pontualidade, frequência, participação em sala de aula, realização de exercícios, trabalhos e avaliação individual por período.

De acordo com as observações realizadas anteriormente, foi elaborado planejamento do que seria ministrado nas aulas, com base na realidade dos discentes, de maneira que eles pudessem perceber a importância do que estava sendo ensinado. Dessa forma, o planejamento das aulas contribuiu para a realização de aulas satisfatórias nas quais os estudantes sentiam-se estimulados e o conteúdo mais agradável, favorecendo a compreensão.

Conforme a Lei nº 9.394/96, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB no Art. 32, o Ensino Fundamental, uma das etapas da Educação Básica tem por objetivo a formação básica do cidadão. Cidadania entendida como prática social fundamentada em princípios éticos, no respeito à diversidade cultural, étnica, religiosa, política, no repúdio a toda e qualquer forma de discriminação e injustiça, no reconhecimento da pluralidade das relações, na articulação entre os direitos e deveres e no compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática BRASIL, 1996).

Baseado nesta proposta foi pensado o período de regência, com base em uma perspectiva que buscasse estimular o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e da criatividade dos educandos acerca dos conteúdos que viriam a ser trabalhados nas aulas, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação dos povos, inclusive, o povo brasileiro especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (Lei nº 9.394/96 de diretrizes e Bases da Educação Nacional Art.26 § 4º), (Brasil, 1996).

Ademais, para refletir e ampliar a compreensão de acontecimentos históricos, relações de poder e processos, e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo; compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.

Concomitantemente, elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos e específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito; Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentável e solidários.

Nesta perspectiva, as aulas foram desenvolvidas com recurso de exposição oral, sempre muito reflexiva, com perguntas direcionadas aos alunos. Para além dos conteúdos do livro didático, foi utilizado informações de outras fontes de pesquisa (livro de Imperatriz História e memória, Imperatriz cidade da gente), procurando suporte na bibliografia disponível de História, que contribuiu para esclarecimentos e novas aprendizagens. Além disso, inserindo conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência tentando deslocar para a realidade em que vivem.

No dia 31/05/2022 foi ministrada a primeira aula de regência na turma 7º ano B. De início me apresentei à turma buscando uma relação amistosa. Foram ministradas duas aulas seguidas. Iniciamos reorganizando as cadeiras, de fila para em volta da sala, para os educandos ficarem de frente uns para os outros. Em seguida foi feita a leitura do assunto da aula no livro didático e explanação do mesmo – Reforma Calvinista.

Procuramos a efetiva participação de todos na leitura do assunto da aula no livro didático, por meio de uma roda de leitura. A maioria dos discentes se dispuseram a participar efetivamente, os demais alunos participaram como ouvintes. Foram discutidas as causas que motivaram a Reforma Protestante. Em seguida, foi solicitado que formulassem perguntas com suas respectivas respostas de forma oral, do texto estudado expondo-as para os colegas.

Na aula seguinte, iniciamos a aula com palavras motivadoras, frases impactantes com intuito de despertar na turma o interesse nos estudos. Em seguida foi feita a leitura do livro

didático, interagindo com os discentes, enfatizando os conflitos e interesses envolvidos na temática – mitologia grega, criacionismo judaico-cristão e teoria da evolução. Explanamos de maneira mais dinâmica sobre as divindades de cada religião e a cosmovisão de cada uma delas. Busquei fazer ligação com as crenças e entendimento dos mesmos e de suas famílias.

Na próxima aula, iniciamos orientando a lerem o assunto no livro didático e, em seguida, fizessem sete questões retiradas do texto lido e copiadas em seus cadernos para entregarem até o final do horário. Observamos que dessas, se faria uma seleção de algumas, para incluir no questionário das questões que seriam estudadas para prova.

Em seguida, dialogamos solicitando que conversassem com seus pais sobre o desfile do 07 de Setembro. Por conseguinte, foi informado que a participação nesse evento valeria parte da nota da disciplina. Na segunda parte da aula houve um descontrole no horário e alguns discentes demoraram a se reorganizarem em sala. Logo que a situação se organizou, a aula foi retomada com a explicação do conteúdo. Enfatizei a necessidade de todos participarem fazendo as atividades proposta em sala de aula.

No período da docência procurei adotar uma dinâmica em que a aula se tornasse mais interessante para os educandos, implementado por metodologias complementares que ajudasse a aumentar o interesse por parte dos estudantes em relação ao conteúdo ensinado em sala de aula. Focando no aprendizado mais do que no ensino na tentativa de deslocar o discente de lugar de expectador dos conteúdos, de um simples receptor para colocá-lo no centro do processo de aprendizagem.

Nessa prática, como mediador adotei o trabalho em equipe e a interação entre os membros da turma. Na leitura dos conteúdos do livro didático se buscava problematizar, debater e discutir para desnaturalizar o problema em questão, buscando relacioná-lo com situações cotidianas vivenciadas pelos educandos. Oportunizou-se que os discentes trabalhassem em conjunto no responder das tarefas.

Com isso objetivou-se motivar os discentes na busca da autonomia para desenvolvimento de seus potenciais baseados em suas percepções, valorizando a subjetividade para incentivá-los a alcançar uma visão crítica dos eventos e da própria vida e para que conseguissem complementarem as ideias e perspectivas uns dos outros. Neste sentido, foi proposto um projeto de visitar um museu na cidade ou a Academia de Letras.

Os educandos entregaram as questões formuladas na aula passada. Foi solicitado para

quem não fez que fizesse a atividade. Fez-se a revisão dos assuntos que foram anotados para estudar para a avaliação escrita.

Na aula seguinte, como sendo final de bimestre e, portanto, muito próximo das avaliações escritas bimestrais, iniciamos com uma revisão dos assuntos listados para a prova. Orientamos os educandos que quando chegassem atrasados, que pedissem permissão ao professor para entrarem em sala de aula. Foi solicitado aos que faltaram na aula passada, que fizessem o questionário aplicado para a prova.

Ocasionalmente ocorreu manifestações de desinteresse dos alunos em participar da aula, até mesmo em responder a chamada para registro da presença, desinteresse nos conteúdos ministrados e monotonia em sala de aula, essas reações interrompiam a sequência e o bom desenvolvimento da aula. Segundo a supervisora técnica, esse comportamento era reflexo do ambiente familiar, o meio que esses discentes vivem, problemas sociais e econômicos e similares, pois muitos são de famílias pobres.

Esses aspectos somado à mudança de logradouros e problemas de saúde, segundo a coordenadora da escola, contribuíam para outras celeumas como evasão escolar e o caso de educandos identificados como não alfabetizados.

Nesse aspecto, as turmas observadas reagiam de forma diferente, os discentes do 6º ano A e 7º ano B eram mais atentos, reagiam mais positivamente, com melhor comportamento em sala de aula e melhor aproveitamento e, conseqüentemente, melhores notas nas provas. Ao contrário disso, os do 7º ano A apresentava maiores dificuldades.

Diante dessa forma de reagir, surge o seguinte questionamento, onde está realmente o problema? A atitude do aluno ou o professor? Ou as duas coisas somadas explicam esse tipo de comportamento do educando?

Essa relação entre indisciplina do aluno e política pedagógica na sala de aula é algo a ser discutido com atenção, como se estuda no Curso de Ciências Humanas/Sociologia, essa problemática gira em torno da insatisfação e submissão envolvendo atores sociais diferentes. De um lado, o docente que se queixa da indisciplina do alunado, da falta de controle na classe, da desatenção, do desinteresse e com isso cria o estereótipo dos chamados alunos “problemas”. Conforme Aquino (1998 p. 04),

O aluno problema é tomado, em geral, como aquele que padece de certos supostos “distúrbios psico/pedagógicos”; distúrbios de natureza cognitiva (os tais “distúrbios de aprendizagem”) ou de natureza comportamental, e nessa última categoria enquadra – se um conjunto de ações chamadas de “indisciplina”. Dessa forma, a indisciplina e o

baixo aproveitamento dos alunos seriam como duas faces de uma mesma moeda, representando os dois grandes males da escola contemporânea, geradores do fracasso escolar, e os dois principais obstáculos para o trabalho docente.

Dessa forma, se o aluno corresponde às expectativas na disciplina, é tido como merecedor, e quando não atinge o esperado é colocado à margem e visto como problemático. Assim, não é o docente querendo se eximir da responsabilidade de tal problema?

Neste sentido, a aproximação da realidade e da prática escolar possibilitada pelo estágio foi-me possibilitou perceber a complexidade das práticas institucionalizadas, que são as formas que ocorrem em diferentes contextos e que configuram a cultura e a tradição das instituições, o conteúdo e o método. Desse modo, o papel da escola não é tentar ensinar; e, se os alunos não aprenderem, o problema não é somente deles, de suas famílias, de sua cultura diversa daquela tradicionalmente valorizada pela escola.

Essa perspectiva está ligada a uma concepção de professor que não valoriza sua formação intelectual que reduz a atividade docente apenas a um fazer, que será bem-sucedido quanto mais se aproximar dos modelos que observou, o que pode caracterizar um “conformismo”. As experiências vivenciadas, contribuíram para entender que a habilidade que o professor deve desenvolver é a de saber lançar mão adequadamente das técnicas conforme as diversas e diferentes situações em que o ensino ocorre, o que necessariamente implica na criação de novas técnicas.

O pressuposto da concepção de que a realidade do ensino é imutável e os alunos que frequentam a escola também o são, idealmente concebidos, desconsidera as transformações históricas e sociais decorrentes dos processos de democratização do acesso, que trouxe para a escola novas demandas e realidades sociais, com a inclusão de alunos até então marginalizados do processo de escolarização e dos processos de transformação da sociedade, de seus valores e das características que crianças e jovens adquirem.

No que concerne à indisciplina, a experiência vivenciada demonstrou que um bom planejamento didático, com envolvimento maior do aluno, que lhe chame a atenção, além de diversificar o modo tradicional de ensinar, que disciplina e subordina na prática pedagógica, tornaria menos autoritária e mais prazerosa a aula.

Essa reflexão possibilita entender que de forma mais ampla o sistema educacional envolve fatores sociais que transcendem o espaço escolar, os quais interferem na relação professor-aluno e no comportamento dos discentes em sala de aula. Entretanto, a relação de construção do conhecimento não exige a responsabilidade da prática docente, no modo de agir

do aluno.

Esses aspectos importantes são perceptíveis no processo de realização do Estágio Supervisionado. Nesse momento se percebe a forma articulada entre todas as disciplinas do curso – pedagógicas e específicas, teóricas e práticas: pois cada uma desempenha um papel necessário na formação do acadêmico de licenciatura, como citado por Pimenta e Lima:

Num curso de formação de professores, todas as disciplinas, as de fundamentos e as didáticas, devem contribuir para a sua finalidade que é a de formar professores, a partir da análise, da crítica e da proposição de novas maneira de fazer educação. Nesse sentido, todas as disciplinas necessitam oferecer conhecimentos e métodos para esse processo (Pimenta e Lima, 2006, p.13).

Esses fundamentos vão de encontro com a matriz curricular aplicada no curso de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, que é um curso interdisciplinar e suas disciplinas são trabalhadas de forma coordenadas e articuladas, apresentando uma proposta para que a formação do acadêmico seja a mais proveitosa possível.

Essa formação adotada pela UFMA e que não exclui o estágio, busca superar a dicotomia teoria e prática, objeto de muitas críticas. Acorados nos pressupostos da didática da História e mais especificamente às ideias concebidas pela educação histórica e seus referenciais teóricos alinhando-se aos estudos sobre formação do docente como pesquisador e investigador de sua prática e produtor de conhecimento científico.

Essa interdisciplinaridade possibilita ao licenciando desenvolver habilidades para exercer sua importante função de mediador entre o educando e o saber através da apresentação de uma boa base teórica que orienta na criação de estratégias para as intervenções que atendam as difíceis capacidades de aprendizagem do aluno e no alcance de mais qualidade no desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Durante o cumprimento do estágio busquei me apropriar e conseguir absorver o máximo de conhecimentos e informações sobre o local em que estava inserido, isso possibilitou compreender o quão complexo são as práticas institucionais, além de possibilitar a oportunidade de vivenciar as ações praticadas pelos profissionais da educação no exercício da profissão e abrir oportunidade de preparação para inserção no mercado de trabalho (Pimenta e Lima 2012).

Nessas vivências deparei com os problemas gerados pela pandemia da Covid-19, os quais se prolongaram no dia a dia das pessoas mudando a rotina escolar e, diante da demanda existente na educação nesse momento circunstancial, surgiram novos desafios para os docentes

e acadêmicos, dentre tantos, como se destaca: a adaptação ao novo formato (lidar com plataformas, aplicativos e ambientes virtuais), crescimento da demanda de atendimentos às famílias; falta de capacitação, de estruturas e de contato direto com os alunos.

Neste sentido, é inegável que mesmo antes da pandemia a educação já enfrentava graves problemas, mas nesse cenário de pandemia e pós pandemia, essas dificuldades tornaram-se maiores e explícitas com a falta de planejamento e de condições que assegurasse a retomada das atividades letivas com segurança, o que deixou os professores receosos e preocupados. E, portanto, de forma legítima resistiam com razão a trabalharem e receberem os licenciandos/estagiários nessa situação temerária.

Por outro lado, existia as demandas das instituições de ensino superior, enviando os acadêmicos para o estágio. Somado a isso, o EAD (ensino a distância), devido suas deficiências não produziam resultados considerados satisfatórios, pois as escolas não estavam preparadas para implementarem essa modalidade de ensino com eficiência. No entanto, por um bom período foi utilizado as salas virtuais para transmitir aulas cumprindo a carga horária escolar.

Nesse contexto, na experiência vivenciada, surgiram várias dificuldades, seja pelas observações acima descritas ou também por um possível distanciamento da universidade da escola campo. Em decorrência disso, os efeitos foram imediatos, logo de início veio as dificuldades referentes a solicitação de estágio em algumas escolas campos e a negativa por parte dos docente da área, supervisores técnicos, alegando já estarem acompanhando estagiários ou problemas de saúde. Numa terceira tentativa conseguimos a adesão da escola para realizar o estágio.

Logo após vencido o desafio de encontrar uma escola disponível para a realização do estágio e a aceitação do professor da disciplina, deu-se início à fase de ambientação/observação na escola e nas aulas. Esse momento foi de extrema importância para se compreender o cotidiano de uma escola pública. E, nessa ambientação/observação foi mais simples listar os pontos negativos do que os positivos, pois em algum aspectos quando as escolas não são precárias em suas instalações físicas o são em outros, como os aspectos pedagógicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final da experiência no campo do estágio foi possível perceber que teoria e prática são indissociável. Por isso, sugere-se uma aproximação maior da universidade com a escola campo, como uma maneira de promover o melhor entrosamento tanto do estudante em

formação acadêmica quanto em sua futura profissão de professor atuante em sala de aula, onde irá atuar numa realidade totalmente diferente.

Neste sentido, com base na vivência do período de atuação em sala de aula, foi possível compreender a importância que o estágio supervisionado de História exerce na construção de relação de conhecimento e na formação dos profissionais da educação. Dentre as muitas contribuições, destaca-se a formação de profissionais competentes, gerando e desenvolvendo saberes curriculares, favorecendo a prática/competência escolar, possibilitando que os futuros profissionais da educação apresentem uma base que lhes propicie um sólido alicerce teórico-científico e crítico-reflexivo.

Além disso, permite aos acadêmicos ter uma visão política da própria atuação na construção histórica e social de um determinado espaço ou de comunidade escolar e ultrapassa o caráter teórico e prático da sala de aula, pois possibilita também a conscientização nas questões que envolvem o trabalho e a cidadania.

Dessa forma, traz a compreensão de que essa atividade curricular não é simplesmente momento de aplicação de conteúdos na prática, mas sim um período de experimentação da realidade escolar e de reflexão e análise sobre essas experiências, que associadas às teorias vão proporcionar uma formação de um profissional da educação para uma práxis-profissional e não para a reprodução de modelos escolares.

Ademais disso, pôde se constatar por meio das análises feitas neste trabalho que o estágio supervisionado em história é uma fase importante da formação inicial dos futuros docentes. Mas, dependendo da maneira com for realizado nas escolas e do grau de envolvimento das pessoas envolvidas, tanto pode ser um espaço de construção de novos significados para o novo profissional docente como também uma forma de reprodução de técnicas e modelos pré estabelecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, n° 93 (22- 23), maio de 1995. Disponível em : <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/649.pdf>. Acesso: 29/05/2023.

AQUINO, Júlio Groppa. A indisciplina e a escola atual. **Revista da Faculdade de Educação**. 24. São Paulo: UNESP, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As “tradições nacionais”: e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, J. (org.). **O ensino de história e criação do fato**. São Paulo: Contexto, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 16/06/2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes da Educação Nacional n° 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 16/06/2023

BRASIL. Ministério da Educação – **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, Dezembro, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – **Base Nacional Comum Curricular – BNCC: História no ensino fundamental – anos finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades**. Brasília: MEC, Dezembro, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação – **Lei n° 10.639/2003** – Lei obriga ensino de história e cultura afro. Brasília: MEC, Novembro, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n° 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 247, p. 115-119, 23 dez. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei, 2003. Alteram dispositivos do artigo 36 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília DF: Câmara dos Deputados, 2003.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, graduação plena**. Brasília DF: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CP02/2002, de 18 de fevereiro de 2002. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em Curso de Licenciatura de História Plena**. Disponível em: Acesso em: 22/08/2023.

CARA, Daniel. **Brasil Educação e Ciência**, @Daniel Cara – *twitter*. 22 mar. 2021.

CAROLINO, Joyce Kelly Lima; ALBUQUERQUE, **Amanda Thays Cavalcante: A cultura cívica e a suas práticas educativas: um novo olhar sobre o desfile do 7 de setembro**. Campina Grande, PB:

Editora realize, 2019.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Coleção Historiar**. 6º ano: Ensino Fundamental, anos finais – 3 ed. Saraiva, São Paulo, 2018.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Coleção Historiar**. 7º ano: Ensino fundamental, anos finais - 3 ed. Saraiva, São Paulo, 2018.

DIAS, Rosanne Evangelista. “Perfil” profissional docente nas políticas curriculares. Revista Teias v. 15. n° 39. pp. 09-23. 2014 Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 09-23, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/issue/view/1333>. Acesso em 22/08/2023.

FONSECA, s. **Ser professor no Brasil**: história oral de vida. Campinas, SP: Papirus, 1997.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência e identidade do professor. **Revista da faculdade de Educação**. 1996, vol. 22 n° 2, pp.72-89.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido. **O pedagogo na escola pública**: Escola pública; professores e práticas de ensino. Edições Loyola. São Paulo, 1988.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. *In*: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). *Professor reflexivo no Brasil*: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-52.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 3, n. 3 e 4, pp.5-24, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação. – Série saberes pedagógicos).

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos – **Revista Educar**. Dossiê – Bases Nacionais e o Ensino de História embates, desafios e possibilidades na/entre a Educação básica e a formação de professores – Ensinar História na Base Nacional Comum de formação de de Professores: a atitude historiadora convertendo-se em competências. Curitiba, v. 37, e 77129, 2021.

SAVIANE Dermeval. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento revista de educação**. 2016. Ano 3 número 4, p. 56.

SAVIANE, Demerval. **Coleção polêmica do nosso tempo**: Escola e democracia – As teorias da educação e o problema da marginalidade. 14ª Ed. São Paulo, Cortez, 1986, pp. 1617.

SCALABRINI, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana Maria Corder. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. **Revistaunar**, v.17, n.1, 2013. Disponível em: <http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol17-n1-2013/3-a-importancia-da-pratica-estagio.pdf>. Acesso em 19/04/2023.